



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁÇER DO SAL
DELIBERAÇÃO
APROVADA POR 14 VOTOS
COM 7 VOTOS CONTRA
DA CDU.
29.06/2026
Sessão de 29.06/2026
A Mesa,
Gabriel

MOÇÃO

Pela defesa dos valores do 25 de Abril e do 1º de Maio

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal – Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2026

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal

Exmos. Srs. Secretários da Mesa

Exmos., Srs. Vereadores e assessores desta Assembleia

Caros Colegas deputados municipais e público presente,

O 25 de Abril de 1974 marcou a transição histórica de Portugal de um **regime autoritário para um regime democrático**. Com ele nasceram liberdades fundamentais — de expressão, de pensamento, de iniciativa económica — que constituem a base de qualquer sociedade verdadeiramente livre. Mas importa afirmar com clareza: a liberdade, por si só, não basta. Sem responsabilidade individual, a liberdade esvazia-se e deixa de servir o bem comum. A democracia exige cidadãos livres, mas também conscientes, responsáveis e comprometidos.

Já desde a antiga civilização grega que se percebeu que a democracia não é apenas um sistema político — **é uma cultura de responsabilidade colectiva**, onde se inserem os princípios de cidadania e de equilíbrio de poderes que moldam o **pensamento político ocidental**. E é precisamente por isso que a democracia não pertence a grupos, facções ou ideologias. Não é propriedade de ninguém. **É de todos e deve servir todos sem excepções**. Foi por esta ideia que Portugal esperou durante 48 longos anos, o regime autoritário do **Estado Novo** sufocou a palavra liberdade, diminuiu as consciências e fez da liberdade um crime.

No dia 25 de Abril de 1974, o povo redescobriu que a liberdade não é uma dádiva dos poderosos: **é uma conquista dos povos**. Mas importa dizê-lo com toda a clareza: a liberdade conquistada no 25 de Abril quase não sobreviveu ao 25 de Abril.

Não adianta falar do 25 de Abril de 1974 sem mencionar do 25 de Novembro de 1975, pois o tal regime das liberdades esteve ameaçado de se concretizar. Após o 25 de Abril de 1974, o país entrou no conturbado período conhecido como *Processo Revolucionário em Curso* (PREC) marcado por forte instabilidade política, social e militar. Com a disputa intensa entre diferentes correntes ideológicas, principalmente de grupos mais radicais que pretendiam orientar o país para um **modelo revolucionário de inspiração marxista**. Não podemos esquecer as atrocidades durante o PREC, tais como ocupações ilegais e expropriações forçadas, perseguições políticas e saneamentos, prisões arbitrárias e detenções ilegais sem fundamento jurídico e um clima generalizado de intimidação.



Foi no 25 de Novembro que se afirmou a via moderada e democrática. A História não pode ser reescrita ao sabor de determinados interesses, por isso entendemos que momentos como o 25 de Novembro são vistos como fundamentais, ajudaram a consolidar um sistema onde a liberdade tem de coexistir com legalidade, responsabilidade e garantias individuais. Por isso o 25 de Novembro deve ser entendido como complementar ao 25 de Abril - este garantiu a liberdade - o outro assegurou que essa liberdade não seria capturada nem destruída.

Contudo, **mais de 50 anos depois**, é legítimo reconhecer que muitos dos ideais proclamados continuam por cumprir. Em alguns casos, assistimos à apropriação do sistema democrático por interesses instalados, perpetuando privilégios que deveriam ter desaparecido com o regime anterior. Apesar de muitos direitos estarem consagrados na Constituição, ainda há um longo caminho a percorrer. Quando a justiça falha, quando cresce a percepção de impunidade perante comportamentos eticamente, moralmente e juridicamente condenáveis, enfraquece-se a confiança nas instituições e descredibiliza-se a classe política e os órgãos que têm nas mãos o destino colectivo.

A democracia é uma construção contínua. Exige vigilância, exige exigência e exige responsabilidade.

Responsabilidade também é o que exigimos na comemoração do dia 1º de Maio – Dia do Trabalhador.

Há mais de 130 anos, nasceu o Dia do Trabalhador, e foi justo, foi necessário e foi histórico.

Os direitos conquistados ao longo do século XX — a jornada de 8 horas, o salário mínimo, a protecção na doença e no desemprego, a segurança no trabalho — são conquistas irrenunciáveis.

Mas estamos no **século XXI** e exige que tenhamos a coragem intelectual de olhar para a realidade como ela é, e não como gostaríamos que fosse. O mundo mudou. A economia mudou, é global. As empresas mudaram e, o trabalhador — que no 1º de Maio comemoramos — também mudou.

O trabalhador do **século XXI**, já não é apenas aquele que presta a sua força física ou o seu tempo em troca de um salário. É aquele que coloca ao serviço da sua região, o seu conhecimento, a sua criatividade, a sua capacidade de resolver problemas, a sua inteligência. É aquele que não se limita a cumprir horários, mas que se envolve, que propõe, que se responsabiliza.

E neste novo paradigma, o conceito de luta de classes — esse espectro do século XIX — revela-se não apenas obsoleto, mas contraproducente. É medieval na sua lógica. É inadequado à realidade das relações laborais que o presente exige e que o futuro vai necessitar.



Porque hoje, um trabalhador que não se sente parte do projecto da região ou empresa onde trabalha é um trabalhador que produz menos, que inova menos, que cresce menos. E numa região ou empresa cujos trabalhadores são tratados como adversários, como um custo a minimizar, é uma região ou empresa condenada à mediocridade e subdesenvolvimento. A lógica do conflito permanente esgotou-se. A premissa do futuro é outra: **parceria, responsabilidade partilhada e confiança mútua.**

Mas esta nova relação laboral exige muito dos dois lados:

- **Aos trabalhadores**, exige-se mais competência, mais formação contínua, mais envolvimento genuíno nos destinos das autarquias ou empresas onde trabalham. Exige-se que deixem de ser meros executores e passem a ser co-criadores.
- **Aos empregadores**, autárquicos ou empresas, exige-se igualmente mais. Mais estratégia, mais planeamento, mais transparência na gestão. Se pedimos comprometimento aos trabalhadores, temos de oferecer em troca reconhecimento, participação e condições de crescimento.

É aqui que importa reconhecer uma realidade frequentemente esquecida nos discursos do 1 de Maio: **o empregador também é um trabalhador**, com uma diferença — no sector privado é aquele que arrisca o seu capital, que suporta a incerteza, que garante os salários ao fim do mês mesmo quando o mercado falha. O "*patrão*", palavra tantas vezes usada como um insulto, é também um trabalhador. Um trabalhador que carrega um risco que os outros não carregam. Já nas autarquias, o empregador é o guardião dos dinheiros públicos.

Reconhecer isto não é trair os trabalhadores. É honrá-los, porque são eles os primeiros beneficiários de autarquias e empresas sólidas, bem geridas e prósperas.

Falemos agora de números porque estes são a linguagem da realidade, em 2024, o PIB per capita de Portugal, expresso em paridade de poder de compra, situava-se em 82% da média da União Europeia — colocando o nosso país no 18.º lugar da tabela europeia. No topo, o Luxemburgo com 241%, seguido da Irlanda com 211% e da Dinamarca com 128%.

SOMOS UM PAÍS QUE TRABALHA MUITO E QUE RECEBE POUCO PELO SEU TRABALHO. ESTA É A VERDADE NUA E CRUA !

O que países como a Dinamarca, a Suécia, os Países Baixos, a Alemanha, a Áustria, têm em comum? **Têm uma Legislação laboral moderna, flexível e inteligente.** Modelos que equilibram a segurança do trabalhador com a liberdade das organizações do poder local e das empresas para se adaptarem às mudanças dos municípios e dos mercados. O modelo dinamarquês de **flexisegurança** - que combina facilidade de contratação e despedimento com robustas redes de protecção social e formação profissional intensiva - é talvez o exemplo mais admirado do mundo. Não é por acaso que nesses países os salários são mais altos, o poder de compra é mais elevado e a qualidade de vida é superior. **É porque construíram um pacto de confiança entre trabalho e o capital.**



Os portugueses não se podem contentar com o fraco desempenho. Merecemos mais. E para isso, não podemos continuar a ser avessos à mudança. **Não podemos continuar a repetir fórmulas do passado esperando resultados diferentes no futuro.**

Por isso, nos dias **1º de Maio**, propomos que **celebrems os direitos conquistados, mas também o futuro que ainda temos de construir.** Um futuro onde a protecção do trabalhador e a liberdade económica não sejam opostos irreconciliáveis, mas dois pilares do mesmo edifício.

A premissa é, e será sempre, simples e verdadeira: **não há organizações autárquicas e empresas sem trabalhadores, mas também não há trabalhadores sem autarquias e empresas.**

Precisamos de um Novo Contrato entre o Trabalho e o Futuro.

O Partido CHEGA submete à votação a presente moção, com o propósito de prestar homenagem:

- **A todos os trabalhadores do Concelho de Alcácer do Sal** que perante as gravíssimas inundações que afectaram o Concelho no decurso do mês de Fevereiro do presente ano, dedicaram o seu esforço e empenho à recuperação das infra-estruturas rodoviárias, dos sistemas de saneamento público e do tecido comercial e habitacional. A sua intervenção revelou-se determinante para o processo de reconstrução, o qual permanece, ainda, em curso.

*Viva o 25 de Abril, Viva o 25 de Novembro, Viva o 1º de Maio,
Vivam os Trabalhadores
Viva Portugal*

Alcácer do Sal, 29 de Junho de 2026

*A Deputada Municipal do Partido CHEGA
Margarida Gonçalves*